

[Texto incompleto]

Algumas reflexões sobre mulheres, raça e emprego doméstico na formação de uma economia urbano-industrial (Rio de Janeiro, 1890-1940)

Flavia Fernandes de Souza (UFF/PNPD-Capes)

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar um estudo histórico sobre as relações entre mulheres, raça e emprego doméstico na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos 1890 e 1940. Com base na análise de fontes documentais e no uso de pressupostos teóricos do materialismo histórico e do feminismo marxista pretende-se argumentar que a prestação de serviços domésticos cumpriu um papel essencial na constituição do mercado de trabalho livre e assalariado na capital durante o processo de formação de uma economia urbano-industrial no Brasil. Isso porque o emprego doméstico se constituiu como um espaço privilegiado para a ocupação de mulheres trabalhadoras e, sobretudo, de mulheres negras. Além de ser aquela uma esfera laboral onde se manifestavam, de maneira contraditória e integrada, relações sociais fundamentadas não apenas na exploração do trabalho e na dominação de classes, mas também em opressões patriarcais e raciais. Assim, pretende-se realizar uma discussão que compreende três momentos. Primeiro, serão expostos alguns aspectos da composição do mercado de trabalho, dando particular atenção para o crescimento do setor de serviços e para a dinâmica da participação da mão de obra feminina. Em segundo lugar, serão apresentados alguns aspectos da passagem do chamado serviço doméstico, realizado dentro dos quadros do sistema escravista oitocentista, para o trabalho doméstico remunerado, que passou a ser, cada vez mais, ocupado por mulheres no século XX. Por fim, realizar-se-á uma análise comparativa de dados censitários, que demonstram a existência de uma estrutura racial na composição da força de trabalho empregada nos domicílios da cidade.

Palavras chave: emprego doméstico, capitalismo, mulheres, raça e classe.

Some reflections on women, race and domestic employment in the formation of an urban-industrial economy (Rio de Janeiro, 1890-1940)

Abstract: The objective of this paper is to present a historical study on the relations between women, race and domestic employment in Rio de Janeiro city between the years of 1890 and 1940. Based on the analysis of documentary sources and on the use of theoretical assumptions of historical materialism and of marxist feminism, it is argued that the provision of domestic services played an essential role in the constitution of the free and wage labor market in the capital during the process of forming an urban-industrial economy in Brazil. This is because domestic employment has become a privileged space for the occupation of working women and, above all, of black women. In addition to being a labor sphere in which contradictory and integrated social relations were manifested not only in the exploitation of labor and class domination, but also in patriarchal and racial oppressions. Thus, it is intended to conduct a discussion that comprises three moments. First, some aspects of labor market composition will be exposed, with particular attention to the growth of the service sector and the dynamics of the female labor force participation. Second, some aspects of the so-called domestic service, carried out within the framework of the nineteenth century slave system, will be presented for paid domestic work, which has been increasingly occupied by women in the twentieth century. Finally, a comparative analysis of census data will be carried out, demonstrating the existence of a racial structure in the composition of the work force employed in the city households.

Key words: domestic employment, capitalism, women, race and class.

Aspectos do mercado de trabalho urbano e da participação feminina

A última década do século XIX caracterizou-se por ser um momento de profundas mudanças no Brasil. A abolição da escravidão, ocorrida em 1888, e a proclamação da República, em 1889, são apenas alguns dos marcos históricos mais evidentes e indicativos das intensas transformações pelas quais passavam a formação social brasileira. Na verdade, aquele foi um período em que a lógica do sistema capitalista definitivamente passou a orientar as relações sociais, determinando novas condições para o desenvolvimento das diferentes esferas que compunham a realidade social do Brasil. Embora a acumulação capitalista e a expropriação dos meios de produção de grandes massas de pessoas fossem processos que ocorriam de longa data, é apenas a partir do final do século XIX que se torna possível pensar na configuração de relações de produção e de formas de exploração do trabalho “tipicamente” capitalistas no país. Isto é, com base na produção de mercadorias e na formação de um mercado de trabalho composto por uma mão de obra predominantemente “livre” (em termos jurídicos e no sentido de não possuir os meios de subsistência) e assalariada (compulsoriamente sujeita à venda da sua força de trabalho no mercado).¹

No Brasil, como em qualquer totalidade social e histórica concreta e cuja transição capitalista ocorreu após o processo original desencadeado na Inglaterra, a proletarização de enormes contingentes humanos e o desenvolvimento mercantil, industrial e urbano foi marcado por uma série de particularidades. Considerando o caso da capital do país, a partir de meados do século XIX, pode-se dizer que os processos históricos ligados à supressão dos meios de produção, à mercantilização compulsória e crescente da força de trabalho, ao surgimento do modo de produção fabril² e ao incremento das atividades comerciais urbanas caracterizaram-se por inúmeras especificidades decorrentes,

¹ Vale lembrar que na formulação de Karl Marx, “por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade vivia de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo”. Além disso, a ideia de trabalhador livre, significa livre em dois sentidos: “de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização da sua força de trabalho”. Cf. Marx, 2013, p. 242; 244.

² Em análise sobre a gênese da indústria e do capitalismo no Brasil, o historiador Edgar de Decca chama a atenção para o fato de que o sistema de fábrica, enquanto organização social do trabalho, e a figura do empresário, para além da esfera da circulação, estavam presentes também nos engenhos de açúcar nas áreas coloniais americanas. Sobre o assunto ver: Decca, 2001.

sobretudo, da existência de em uma realidade social baseada em um modo de produção de base escravista.³ Assim como já revelaram diferentes estudos, a conformação do mercado de trabalho livre na cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, envolveu dinâmicas complexas, cujo eixo articulador comum foi a escravidão (Vitorino, 2002; Mattos, 2008).

Daí, inclusive, as dificuldades para se pensar em termos da existência de um mercado de trabalho no período. Isso porque, do ponto de vista da economia, o acúmulo de capitais na cidade, em função do seu crescente papel como centro comercial de produtos importados, mercado consumidor e berço de grandes fortunas de negociantes de “grosso trato” (traficantes de escravos e atacadistas), incrementou a movimentação financeira, o desenvolvimento dos setores de transportes e de serviços e, sobretudo, permitiu o surgimento dos primeiros estabelecimentos fabris de grande porte (Mattos, 2008, p. 39-46). Contudo, tais espaços eram movidos por formas diversas de exploração do trabalho, pois para além dos trabalhadores ditos “livres” (nacionais e estrangeiros), vinculados a diferentes contratos ou arranjos de trabalho,⁴ havia um sem número de escravizados, igualmente alocados em variadas formas de emprego da sua força de trabalho.⁵ Era, portanto, um “mercado de trabalho” *sui generis*, formado a partir de um processo muito específico de proletarização – em grande medida mobilizado por contingentes de trabalhadores estrangeiros que já chegavam ao país “expropriados” –,⁶

³ Pensar na especificidade da formação social brasileira em função da existência de um modo de produção escravista, em hipótese alguma implica em considerar o trabalho escravo como uma espécie de obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Tal questão já foi tratada por vários estudiosos, em particular por Dale Tomich, em estudo sobre a chamada “segunda escravidão” e suas relações com a reprodução ampliada do capital (para além da acumulação primitiva), bem como das relações existentes entre a organização da produção através do trabalho compulsório nas Américas e o desenvolvimento do trabalho assalariado na Europa. Cf. Tomich, 2011.

⁴ Nesse âmbito, encontravam-se, por exemplo, trabalhadores libertos que estavam vinculados a contratos de locação de serviços, estrangeiros amarrados em práticas de engajamento, “africanos livres” apreendidos pelo Estado após a proibição do tráfico, entre outros. Em vários casos, tais formas de trabalho “livre” eram marcadas por níveis diversos de compulsoriedade, que geralmente envolviam grande precariedade nas condições laborais, restrições à mobilidade e/ou à autonomia do trabalhador, alta exploração da força de trabalho e sub-remunerações (Souza, 2017, cap. 3).

⁵ Entre as modalidades de emprego da força de trabalho escrava em espaços urbanos como os da Corte Imperial na segunda metade do século XIX, estavam a escravidão doméstica, o aluguel e o ganho de escravos (prática escravista em que o próprio escravo oferecia diretamente o seu serviço a quem por ele se interessasse, obtendo, com isso, uma remuneração monetária, previamente estipulada, que deveria ser repassada, diária ou semanalmente, ao seu senhor). Cf. Soares, 2007.

⁶ Segundo Luiz Felipe Alencastro, a entrada de trabalhadores estrangeiros, sobretudo portugueses, na cidade do Rio de Janeiro, a partir de meados do século XIX, transformou radicalmente a estrutura do mercado de trabalho urbano. Para o autor, desde então, escravidão urbana teria a sua própria natureza modificada, tendo em vista que o estatuto de boa parte dos escravos existentes na cidade se direcionou para a escravidão doméstica. Na verdade, essa análise do autor se relaciona com o seu entendimento de que o

que fora alimentado por um significativo crescimento demográfico⁷ e pela formação histórica de uma classe trabalhadora que em suas origens envolvia tanto proletários como também outros grupos subalternos.⁸

Obviamente esse cenário sofreu mudanças no período da Primeira República e da pós-abolição. No contexto do último decênio do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o mercado de trabalho urbano da capital tornou-se composto por uma força de trabalho juridicamente livre, profundamente heterogênea e em grande medida assalariada. Isso ocorrendo sem que o mercado de trabalho perdesse as marcas deixadas pelo passado escravista, que potencializavam experiências de exploração de trabalho e alimentavam estruturas de dominação de classes baseadas em desigualdades e opressões. Afinal, aquele era parte do longo processo de formação e expansão do capitalismo dependente no Brasil.⁹ De acordo com Florestan Fernandes, após viver uma fase, na primeira metade do século XIX, de transição colonial e de eclosão de um mercado capitalista moderno, formado a partir de um entrelaçamento com a economia hegemônica inglesa e com base no sistema de produção escravista, o Brasil viveu, no período que se estende do último quartel do século XIX até a década de 1950, uma fase de consolidação e disseminação desse mercado. Nesse momento, de acordo com o autor, a economia capitalista brasileira desenvolve-se de maneira centrada no setor urbano-comercial, mas

universo do trabalho na urbe carioca passou por três fases distintas. Uma fase “africana” e escravista, que se estendeu até 1850, momento em que havia grandes contingentes de escravos, principalmente africanos. Outra fase “lusó-africana”, que durou de meados do Oitocentos até a década de 1870, caracterizada pela forte presença de portugueses no mercado de trabalho, em convívio direto com trabalhadores escravizados. E, por fim, uma fase “lusó-brasileira”, correspondente às décadas finais do século XIX, com um maior contingente de nacionais livres e libertos em vários setores ocupacionais (Alencastro, 1988, p. 43-44).

⁷ Entre 1890 e 1920, a população da cidade do Rio de Janeiro mais do que dobrou de tamanho, saltando de 522.651 para 1.157.873 habitantes. Segundo Eulália Lobo, este grande crescimento demográfico esteve relacionado não só a algumas melhorias ocorridas nas condições de saneamento da cidade, mas, principalmente, a movimentos migratórios ligados ao fim da escravidão e à imigração de estrangeiros (Lobo, 1978, p. 469). Vale lembrar que tal aumento populacional foi acompanhado por um reordenamento do território carioca, a qual incluiu uma expansão para os subúrbios.

⁸ Em artigo sobre a ampliação do conceito de classe trabalhadora, Marcelo Badaró Mattos discute sobre as recentes tentativas de reconceitualização histórica da classe trabalhadora e nesse esforço problematiza as dimensões econômica e política que compõe a experiência dos trabalhadores em seu processo de formação enquanto classe. E assim e distingue as formas de consciência próprias dos proletários e grupos subalternos (neste caso, o autor recupera a terminologia gramsciana) em contextos históricos como os do Brasil na segunda metade do século XIX, quando havia uma convivência entre trabalhadores livres e escravizados. Cf. Mattos, 2013.

⁹ A partir dos anos 1960, o aspecto da dependência no desenvolvimento capitalista brasileiro foi estudado por vários cientistas sociais e economistas a partir de diferentes perspectivas teóricas. Do ponto de vista marxista, destacam-se as análises de Ruy Mauro Marini e de Florestan Fernandes. A respeito ver: Mattos, 2017, p. 27-29; Carcanholo, 2013.

já vivendo a sua primeira transição industrial significativa (Fernandes, 2006, p. 263-264). Assim, ao representar, ao lado de São Paulo, um dos principais centros urbanos dessa economia que se configurava, a cidade do Rio de Janeiro teve, então, a sua história marcada pelos primeiros surtos de industrialização e pela dinamização do setor de serviços.

QUADRO 1

Estrutura ocupacional do Rio de Janeiro (DF), segundo os censos de 1890, 1906 e 1920

Setores Econômicos		1890	1906	1920
Primário	Atividades agrícolas	12.485	21.411	25.708
	Atividades pastoris ou de criação	703	857	1.020
	Atividades extrativas	41	3.307	2.742
Secundário	Indústrias manufatureiras e de construção	48.661	115.770	154.397
	Atividades artesanais/artísticas	5.859	---	---
Terciário	Comércio	48.048	62.775	88.306
	Transportes	9.470	22.807	44.107
	Funcionalismo civil /público	6.637	12.437	35.355
	Funcionalismo militar	11.347	16.484	24.835
	Profissionais liberais e técnicos	7.501	11.424	26.041
	Serviço doméstico	74.785	117.904	71.752
Outros	Jornaleiros e trabalhadores braçais	---	29.933	---
	Profissões desconhecidas ou mal especificadas	---	72.087	35.659
	Sem profissão não declarada	48.100	109.556	288.474
Total		273.637	596.752	798.396

Observações: Foram excluídos do quadro acima os números correspondentes as seguintes categorias: religiosos, capitalistas, inativos (do censo de 1890), religiosos, classes improdutivas, pessoas que vivem de rendas e aquelas sem profissão menores de 15 anos (dos censos de 1906 e 1920).

Fontes: Recenseamento de 1890, p. 408-421; Recenseamento de 1906, p. 104; Recenseamento de 1920, p. 514-515.

Ainda que nas primeiras décadas do século XX a realidade econômica brasileira estivesse sustentada no setor primário e localizada no campo, com o dinamismo da produção agroexportadora, no espaço urbano da capital, como era de se esperar, o grosso da população economicamente ativa estava alocada nos segundo e terceiro setores da economia. Como demonstram os dados fornecidos pelos recenseamentos de 1890, 1906 e 1920, os maiores contingentes populacionais da cidade estavam ocupados em atividades industriais, comerciais e de serviços em geral. Nas indústrias, segundo os dados analisados, o percentual de trabalhadores era de cerca 17%, em 1890, e 19%, nas primeiras décadas do século XX. No comércio, os percentuais variavam de 17% em 1890,

passando por 10% em 1906, chegando a 11% em 1920. Já entre os serviços é possível notar o maior crescimento nos números, sendo significativo o salto nos percentuais relativos aos transportes (3% em 1890, 10% em 1906 e 11% em 1920). Assim como houve um aumento no número de profissionais liberais e de pessoas empregadas no funcionalismo público (civil e militar). E no quadro chama ainda a atenção a grande concentração de trabalhadores vinculadas a profissões “desconhecidas” ou “mal especificadas” (12% em 1906 e 4% em 1920) e o grande número indivíduos “sem profissão declarada” (17% em 1890, 18% em 1906 e 36% em 1920).

Os dados fornecidos pelos recenseamentos de 1890, 1906 e 1920 em relação à estrutura ocupacional do então Distrito Federal evidenciam a estrutura das relações de produção em desenvolvimento naquele contexto, tal como já foi estudado por diferentes autores. Nesse sentido, o primeiro elemento que chama a atenção é o início de um processo de industrialização ao longo do período, que foi inicialmente “resultado de uma política deliberada de orientação dos recursos privados, por meio de uma legislação que facilitava o investimento em sociedades anônimas” (Levy, 1989, p. 38), que fora implementada pelos últimos gabinetes imperiais e pelo ministro da fazenda Ruy Barbosa no governo provisório de Deodoro republicano; bem como da histórica autonomia da praça comercial carioca frente a expansão cafeeira paulista (Lobo, 1979). Assim, a expansão industrial ocorrida ao longo das primeiras décadas republicanas na cidade do Rio de Janeiro foi decorrente de um “surto industrial” ocorrido entre os anos de 1885-1895, com o surgimento de numerosos estabelecimentos industriais (Hardman; Leonardi, 1991, p. 27).¹⁰

Nesse contexto, a então capital federal passou a reunir a maior concentração operária do Brasil. Isso porque ramos de atividades fabris já de longa data instalados na cidade passaram por ampliações, enquanto novos foram fundados. Segundo os dados do censo industrial de 1907, a cidade do Rio de Janeiro reunia 670 estabelecimentos industriais, entre os quais destacavam-se 38 ramos mais importantes. Todos eles ligados à produção de tecidos, fumos, fósforos, alimentos, vestuário, materiais de construção, móveis e decoração, produtos químicos, sabão e velas, serraria e carpintarias, vidros e

¹⁰ Segundo os autores, “sob o termo ‘estabelecimentos industriais’ as estatísticas da época arrolavam não só as fábricas modernas, onde a produção era mecanizada e onde empregava o vapor ou a energia hidráulica, mas também as pequenas oficinas e manufaturas. Isso torna difícil, inclusive a diferenciação entre os proletários propriamente ditos e os artesãos e semi-assalariados” (Hardman; Leonardi, 1991, p. 41).

crystalis, materiais de transporte, fundição entre outros (IBGE, 1986, p. 265-266). Entretanto, as indústrias de fiação e tecelagem, sobretudo as de algodão, figuravam não apenas entre as maiores da cidade, mas do país, por reunir altos valores de capital investido e de produção (IBGE, 1986, p. 268). Dessa forma, o próspero parque industrial têxtil carioca era responsável por empregar um grande número de operários e, especialmente, de operárias no início do século XX.

De acordo com os números fornecidos pelos recenseamentos de 1906 e 1920, o setor têxtil era um dos que reunia um percentual significativo de mulheres trabalhadoras: em 1906, elas eram 34% do operariado têxtil e, em 1920, 39%. Não obstante, entre os ramos industriais com a maior concentração operária da cidade do Rio de Janeiro estava o do vestuário, que compreendia o maior contingente de mulheres, as quais superavam numericamente os homens nos dois períodos analisados. Em 1906, as operárias do setor de vestuário representavam 57% do conjunto de trabalhadores e, em 1920, 62%. Portanto, como afirma a autora Maria Valéria Junho Pena, “os ramos [industriais] mais absorvedores de trabalho feminino foram aqueles cuja produção anteriormente se fazia nos quadros domésticos e corria por conta das mulheres”, fosse como costureiras ou tecelãs (Pena, 1981, p. 93).¹¹ Porém, vale lembrar que se este foi o padrão nas primeiras décadas do século XX, em meados do século tal situação mudaria completamente, pois segundo Pena, entre as décadas de 1920 e 1950, os homens ocuparam majoritariamente o mercado de trabalho industrial, incluindo os ramos que originalmente eram preferencialmente ocupados por mulheres.¹² De acordo com os dados do recenseamento de 1940, tanto no setor têxtil, quanto no de vestuário os homens já constituíam a maioria dos operários. Nas indústrias têxteis os trabalhadores do sexo masculino correspondiam a 56% e as mulheres a 44% do operariado fabril. Já nas indústrias de vestuário, calçados

¹¹ Sobre esse aspecto a autora destaca que a análise da participação feminina na indústria relaciona-se diretamente com o processo de produção da época. As condições de produção naqueles ramos industriais onde as mulheres se destacavam numericamente “embora penosas e inscritas numa longa jornada de trabalho”, exigiam menor esforço físico que outras, onde predominavam os homens, tais como a metalurgia, edificações, mineração. E como a “função” feminina de reprodução da mão-de-obra é vital para o sistema, a “sua própria absorção se fará em setores cujos métodos de trabalho comprometam menos duramente as referidas funções reprodutoras”. Cf. Pena, 1981, p. 94.

¹² Para Pena, “vários podem ser os fatores responsáveis pela diminuição da participação feminina na mão de obra empregada no setor fabril: a atuação da classe trabalhadora, que com frequência e ênfase demandou durante largo período da Primeira República a volta das mulheres ao lar; a legislação trabalhista que, principalmente após 1932, reforçou a família monogâmica cujo elemento feminino responsável pelas tarefas reprodutivas e, ainda, a organização ‘racional’ do processo de trabalho fabril.” (Pena, 1981, p. 124-125).

e artigos de toucador os homens representavam 76% da força de trabalho e as mulheres 24%.

QUADRO 2

Quantidade de operários(as) nos principais ramos industriais, Rio de Janeiro – 1906, 1920 e 1940

Ramos industriais	1906			1920			1940*		
	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>Total</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>Total</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>Total</i>
Têxtil	1.924	1.010	2.934	9.058	5.856	14.914	11.643	9.159	20.802
Alimentação	3.297	288	3.585	5.626	185	5.811	15.623	2.087	17.710
Metalurgia	7.140	4	7.144	15.895	3	15.898	17.830	437	18.267
Vestuário	13.523	18.187	31.710	20.759	34.132	54.891	7.050	2.179	9.229
Edificação	31.785	15	31.800	26.383	---	26.383	33.643	265	33.908
Totais	57.669	19.504	77.173	77.721	40.176	117.897	85.789	14.127	99.916

No recenseamento de 1940, o ramo industrial de alimentação incluiu também os de bebidas e estimulantes. Além disso, o ramo de edificações aparece com a terminologia de “construção”.

Fonte: Recenseamento de 1906, p. 104; Recenseamento de 1920, p. 514-515; Recenseamento de 1940, p. 27.

O segundo elemento que se destaca no modo como se constituíam as relações de produção na formação de uma economia urbana ao longo do final do século XIX e na primeira metade do século XX é o crescimento e o dinamismo dos serviços urbanos. Na verdade, o chamado setor terciário foi o que mais absorveu a força de trabalho na cidade do Rio de Janeiro ao longo daquele período. Segundo Francisco de Oliveira (p. 52-55), a dimensão dos chamados “serviços” (“um conjunto heterogêneo de atividades, cuja única homogeneidade consiste na característica de não produzirem bens materiais”) fazia parte do modo de acumulação adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil.¹³ Para o autor, a expansão industrial ocorrida no período pós-1930 teve como pressuposto o desenvolvimento de uma infraestrutura urbana, que se iniciou no início do século XX, fazendo que as principais cidades brasileiras, e, especialmente, a capital, se tornassem em

¹³ Ao defender essa hipótese, o autor contesta as teses de teóricos do subdesenvolvimento. De acordo com o autor, na economia brasileira, o fenômeno levado em conta como “inchaço” do setor de serviços, do ponto de vista de sua participação no emprego total, “é uma questão estreitamente ligada à acumulação urbano-industrial”. “A razão básica pela qual pode ser negada a negatividade do crescimento dos serviços – sempre do ponto de vista da acumulação global – é que a aparência de ‘inchaço’ esconde um mecanismo fundamental da acumulação: os serviços realizados à base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, “mais-valia” em síntese”. Sendo assim, “trata-se de um tipo de crescimento para esse setor – o dos serviços em geral – que *não é contraditório* com a forma de acumulação, que *não é obstáculo* à expansão global da economia, que *não é consumidor de excedente*” (Oliveira, 2003, p. 55; 57, grifos do autor).

centros dinâmicos da constituição de uma economia industrial. E tal processo se materializou com o crescimento dos transportes, dos meios de comunicação, do comércio, de algumas profissões liberais, bem como de todos os tipos de serviço de consumo pessoal, incluindo aqueles ligados à chamada informalidade.

Quadro 3

Quantidade de homens e mulheres nos principais setores do terciário – 1906 e 1920

Setores	1906			1920		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Transportes	20.915	20	20.935	40.850	21	40.871
Comércio*	61.732	1.043	62.775	85.212	3.094	88.306
Comunicação**	1.787	85	1.872	2.203	1.033	3.236
Médico/sanitário	3.476	308	3.784	5.553	1.180	6.733
Magistério	883	1.959	2.842	1.384	5.979	7.363
Serviço doméstico	23.174	94.730	117.904	12.857	58.895	71.752
Totais	111.967	98.145	210.112	148.059	70.202	218.261

* Nesse item, além do “comércio propriamente dito”, inclui-se bancos, estabelecimentos de crédito, de câmbios e de seguros, assim como casas de corretagem, de comissões e de consignações.

** Nos censos, no setor dos transportes encontram-se os “Correios, telégrafos e telefones”. Aqui, optou-se por separar os números relativos a essa categoria e nomeá-la de “comunicação”.

Fonte: Recenseamento de 1906, p. 104; Recenseamento de 1920, p. 514-515.

Quando se observa os dados dos recenseamentos de 1906 e 1920, verifica-se que, de fato, houve uma expansão dos empregos relacionados ao setor de serviços. No caso dos transportes, por exemplo, em cerca de quinze anos dobrou o número de indivíduos empregados, sobretudo de homens, que compreendiam a maioria absoluta da força de trabalho. Assim como no comércio, onde ocorreu um significativo aumento no número de trabalhadores, pois se, em 1906, foi registrado um total de 20.935, em 1920, eram 40.871 trabalhadores. Apesar de se manterem predominantemente compostas por homens, as atividades comerciais (que, nos censos, incluía também o setor financeiro) teve um aumento substancial da participação feminina. Sob esse aspecto é importante lembrar que, concomitante à tendência a diminuição da presença das mulheres nas fábricas, ocorreu uma abertura para a atuação feminina em estabelecimentos comerciais e bancários, bem como em escritórios e na área de comunicações (Matos; Borelli, 2012).¹⁴

¹⁴ Certamente, esse foi um movimento que teve relações com a expansão do ensino público e profissional, que gerou um aumento significativo da instrução para ambos os sexos. Entre o final do século XIX e a década de 1940, o número de mulheres alfabetizadas cresceu quase três vezes mais do que o dos homens. Cf. Fraccaro, 2016, p. 20-21.

Não por acaso os dados do censo de 1940 revelam que as mulheres constituíam 37% da força de trabalho empregada nos serviços de telefonia, o qual compreendia um total de 2.698 trabalhadores. Sendo ainda significativa a presença feminina nos Correios e telégrafos, ao compor 15% do conjunto de trabalhadores do setor, o qual compreendia 5.020 funcionários no início da década de 1940.¹⁵

Além disso, boa parte das mulheres atuavam no trabalho domiciliar, em trabalhos “de agulha” ou como costureiras, realizando atividades na própria residência para clientes, empresas, oficinas ou intermediários, no regime de pagamento por peça. Embora esse ramo de atividades não tenha sido devidamente contabilizado nos censos do início do século XX – muitas dessas trabalhadoras foram classificadas nas atividades industriais de vestuário –, é possível ter uma ideia de sua abrangência pelo censo de 1940, que contabilizou no ramo de “serviços de confecção, conservação e reparação de artigos de uso pessoal” 44.082 trabalhadores, sendo 65% (29.080) mulheres. Valendo ainda destacar que um número significativo de trabalhadoras, desde o final do século XIX, atuava no magistério. Segundo os dados dos recenseamentos da primeira metade do século XX, as mulheres constituíam a maioria absoluta no setor. Todavia, essa era uma profissão que abrigava predominante mulheres burguesas ou oriundas da “classe média”, visto ser esta uma das poucas possibilidades profissionais abertas à participação feminina e atraentes àquelas classes.

O dinamismo do setor de serviços na cidade do Rio de Janeiro, portanto, foi marcado não apenas pelo aumento e diversidade de empregos, como também pela entrada de um maior número de mulheres no mercado de trabalho entre o final do século XIX e as primeira metade do século XX. Ainda que no Brasil – e em outros lugares do mundo –, predominasse uma ideologia de que a mulher deveria dedicar-se exclusivamente às tarefas “do lar”, exercendo exemplarmente os papéis de mãe, esposa e dona de casa; havendo, paralelamente, muitas preocupações – baseadas em argumentos morais, religiosos, jurídicos e higienistas – em relação ao trabalho feminino (Matos; Borelli, 2012)¹⁶, muitas mulheres “trabalhavam fora”, inserindo-se no mercado como trabalhadoras atuantes no setor de serviços ou como operárias em estabelecimentos industriais. Contudo, para além dessas esferas laborais que estavam em expansão e

¹⁵ Recenseamento de 1940, p. 28.

¹⁶ De acordo com Angela Davis, “ideologia da feminilidade”, que instituiu a inferioridade das mulheres por meio dos papéis de gênero é um subproduto da industrialização. E tal ideologia afetava de maneiras diferentes mulheres de diferentes classes sociais (Davis, 2016, p. 24-25).

diretamente ligadas à formação do modo de produção capitalista no Brasil, grande parte das mulheres trabalhadoras da capital do país se encontravam ocupadas em atividades do âmbito da chamada reprodução social. Tal era o caso da prestação de serviços domésticos, que se constitui como o principal espaço aberto à inserção de mulheres trabalhadoras na força de trabalho assalariada ao daquele período, o qual será analisado adiante.

[As demais seções do trabalho encontram-se em elaboração]

Fontes (utilizadas até o momento)

BRASIL. *Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil*, em 31 de dezembro de 1890 (Distrito Federal). Rio de Janeiro: Tip. Leyzinger, 1895.

BRASIL. *Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal)*: Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1907.

BRASIL. *Recenseamento do Brasil*, realizado em 1 de setembro de 1920: População do Rio de Janeiro (Distrito Federal). v. 2, Parte 1. Rio de Janeiro: Tip. da Estatística, 1923.

BRASIL. *Recenseamento Geral do Brasil (de 1º de setembro de 1940): censos demográficos e econômicos (Distrito Federal)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

IBGE. *Séries estatísticas retrospectivas*. Volume 2: O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. Tomo 3: indústria de transportes e indústria fabril. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. (Edição fac-similar do original publicado em 1909).

Referências bibliográficas (utilizadas até o momento)

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850 – 1872. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 21, p. 30-56, jul. 1988.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DECCA, Edgar de. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. *Os direitos das mulheres – organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.
- HARDMAN, Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*. 2ª ed. São Paulo: 1991.
- LEVY, Maria Bárbara. República S.A: a economia que derrubou o império. *Ciência Hoje*, vol. 19, n. 59, p. 34-41, nov. 1989.
- LOBO, Eulália M. L. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. vols. 1 e 2.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. “Espaço feminino no mercado produtivo”. In: PEDRO, Joana; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Sete notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- _____. A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico. *Outubro*, n. 21, p. 83-117, 2º sem. 2013.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na construção do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- SOARES, Luiz Carlos. *O povo de “Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ; 7Letras, 2007
- SOUZA, Flavia Fernandes de. *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.
- TOMICH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: EDUSP, 2011.